

## **Educação Especial Inclusiva:** Um diálogo na concepção dos estagiários

**Resumo:** Essa pesquisa parte do diálogo entre vivências de duas estagiárias, um estudo qualitativo desenvolvido no acompanhamento de alunos público-alvo da Educação Especial do Estado do Espírito Santo, com objetivo de ampliar saberes sobre a formação na perspectiva inclusiva, pautado no posicionamento observacional de como estagiários colaboram com o movimento de inclusão escolar. Dessa maneira, é destacado um relato de experiência de forma articulada a fundamentos teóricos assumidos para potencializar a formação na perspectiva inclusiva e sustentar pensamentos e ações no estágio. Foi observado que as ações dos estagiários no planejamento, elaboração de material didático e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem são condições ímpares para que o pensamento inclusivo se manifeste de forma propositiva no enfrentamento dos preconceitos nas escolas. Assim, estagiar na Educação especial é vivenciar o encontro entre profissionais formados e em formação, fortalecer a inclusão, uma vez que o olhar para as barreiras pedagógicas seja repensado e concretizado em ações que visem a transformação dessa realidade.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Inclusão. Estágio. Formação.

## **Inclusive Special Education:** A dialogue in the conception of interns

**Abstract:** This research starts from the dialogue between the experiences of two interns, a qualitative study developed in the follow-up of students who are the target audience of Special Education in the State of Espírito Santo, with the objective of expanding knowledge about training from an inclusive perspective, based on the observational position of how interns collaborate with the school inclusion movement. In this way, an experience report is highlighted in an articulated way to theoretical foundations assumed to enhance training in the inclusive perspective and sustain thoughts and actions in the internship. It was observed that the actions of the interns in the planning, elaboration of didactic material and monitoring of the teaching and learning process are unique conditions for inclusive thinking to manifest itself in a purposeful way in the confrontation of prejudices in schools. Thus, to do an internship in Special Education is to experience the meeting between trained and in training professionals, to strengthen inclusion, once the look at the pedagogical barriers is rethought and implemented in actions aimed at transforming this reality.

**Keywords:** Special education. Inclusion. Internship. Training.

## 1 Educação Especial

A Educação Especial é uma modalidade de ensino dirigida aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação (BRASIL, 2020), considerada pela interpretação da Constituição Brasileira de 1988 como parte inseparável do direito à Educação para todos, num movimento inclusivo de reparos históricos ao processo excludente que se articulou ao conceito de deficiência na sociedade.

Se observarmos a evolução histórica da deficiência no que se refere ao atendimento educacional, a área denominada de Educação Especial expandiu-se, no Brasil, com a criação de entidades filantrópicas assistenciais e especializadas destinadas à população das classes menos favorecidas (PERANZONI, FREITAS, 2000, p. 2).

Ao longo da história, a Educação Especial foi marcada inicialmente pela segregação e exclusão (PERANZONI, FREITAS, 2000), assumiu pressupostos empáticos e filantrópicos até ser delineada como um direito do cidadão em exercício da democracia. A questão que emerge nesse contexto é como frente aos preconceitos as escolas atuais cumprem o papel inclusivo?

A vida cotidiana e o cotidiano escolar têm muitos preconceitos, devido a muitos fatores. Sabemos que a vida cotidiana é heterogênea e hierárquica, e o homem já nasce inserido em sua cotidianidade. Com o amadurecimento, ele adquire todas as habilidades para a vida cotidiana da sociedade. Esse amadurecimento começa sempre por grupos. Mas, muitas vezes, a PNEE é privada deste convívio em grupos, sendo segregada, excluída da sociedade por causa das suas diferenças e limitações (PERANZONI, FREITAS, 2000, p. 3).

Cabe observar que o uso do termo Portadores de Necessidades Educativas Especiais (PNEE) exposto na citação era incorporado na escrita há 20 anos, atualmente não é mais adequado. A mudança conceitual atravessou movimentos de reconhecimento e luta na sociedade até assumir a terminologia de pessoas com deficiência, reconhecendo que muitas barreiras precisam ser superadas (BRASIL, 2015).

Assim, uma das funções inclusivas das escolas, seria fragilizar a expressão dos preconceitos naturalizados socialmente no cotidiano escolar, seja nos termos, falas ou ações,

sendo notório que a inserção das pessoas com deficiência no ensino regular é uma excelente estratégia de combate a essas nuances por se opor a segregação e potencializar um aprendizado de vivência e reconhecimento das diferenças, confrontando diariamente tais preconceitos com dignidade humana.

No cotidiano escolar somos constantemente desafiados na perspectiva inclusiva a conceber práticas pedagógicas para garantir o acesso ao conhecimento e a aprendizagem, a fim de valorizar os saberes de todos os alunos. Neste sentido, a convivência nesse ambiente é um exercício formativo social que presa pela cidadania.

É muito comum ouvirmos acerca da prática pedagógica: “É preciso respeitar os conhecimentos que as crianças trazem de sua vida cotidiana, de seu meio social”. Conhecimentos que as crianças aprendem no dia a dia e que vão constituindo seus modos de ser, de pensar, de agir, de querer, de sentir. Suas interações com os adultos, com crianças mais velhas e com produtos culturais vão dirigindo a linguagem, a imitação, a percepção, a atenção, a memória, a imaginação, os valores, os hábitos. Os significados das palavras e das ações vão sendo apropriados nas relações sociais concretas da vida. Esses significados evoluem, transformam-se. Ao aprenderem a repetir palavras e ações no início da vida, as crianças vão, aos poucos, aprendendo novos significados para as mesmas palavras e ações (PADILHA, 2017, p.13).

O respeito ao conhecimento também se articula com a função do futuro profissional, o estagiário, que começa a tecer conexões entre teoria e prática, apropriando-se de palavras na concretude escolar. Na Educação Especial o estagiário encontra desafios que podem tanto enfraquecer como fortalecer os conhecimentos, pois sem base teórica sólida a inclusão passa a ser momento fatídico e motivo de fracasso escolar, no mesmo espaço ela pode ser compreendida como processo em construção e necessidade de elaborado planejamento.

O estágio é um dos meios pelo qual as pessoas tentam ingressar em uma carreira de sua afinidade e pode ter a oportunidade de uma experiência de formação inicial incluindo um suporte a seus estudos futuros, uma forma crítica ou acrítica de ver as relações entre teoria-prática. Segundo Agostini (2008);

O estágio curricular tem a função principal de colocar o futuro professor em contato com o seu campo de trabalho, levando-o a avaliar a sua pertinência e a sua

**Educação Especial Inclusiva: Um diálogo na concepção dos estagiários**  
*Elissandra de Paula, Elane Rezende de Oliveira Carneiro, Ludmila Lins Bezerra*

adequação de sua escolha profissional, bem como os desafios que a prática apresenta e a sua própria satisfação com sua escolha (AGOSTINI, 2008, p. 4).

Essa pesquisa parte do diálogo entre vivências de duas estagiárias, um estudo qualitativo (GIL, 2019) desenvolvido no acompanhamento de alunos público-alvo da Educação Especial do Estado do Espírito Santo, com objetivo de ampliar saberes sobre a formação na perspectiva inclusiva, pautado no posicionamento observacional de como estagiários colaboram com o movimento de inclusão escolar. Dessa maneira, é destacado um relato de experiência de forma articulada a fundamentos teóricos assumidos para potencializar a formação na perspectiva inclusiva e sustentar pensamentos e ações no estágio na Educação Especial.

## 2 Estagiar na Educação Especial

A vivência destacada do estágio na área de Educação Especial relata observações do acompanhamento de uma estudante do ensino fundamental do primeiro ano com Síndrome de Down não alfabetizada, ainda em seu tempo de adaptação na escola por conta de ser faltosa, gerando comportamentos inquietos e resistência em ficar dentro da sala de aula, o que dificultava realização da maioria das atividades. Ao elaborar planos para gerar acolhimento devemos refletir que na:

A vida escolar permite a criança desenvolver capacidades para realizar atividades funcionais, como por exemplo, transitar no ambiente escolar, gerenciar o autocuidado e as necessidades pessoais, além da aprendizagem com a aquisição de conhecimentos em áreas específicas dos conteúdos acadêmicos (LAMÔNICA; FERREIRA-VASQUES, 2015 p. 1480).

Sendo assim, foram planejadas práticas pedagógicas iniciais para acolhimento motivacional e fortalecimento de uma rotina atrativa que ampliasse o tempo dedicado à permanência na sala de aula, com desenhos, jogos pedagógicos e outros materiais didáticos. Streda e Vasques (2022) em sua pesquisa destacam preconceitos fundantes quanto as pessoas com Síndrome de Down, evidenciando:

[...] o que constituiu um raciocínio culturalmente não questionado sobre as restrições do aprender dessas pessoas. Expor esse raciocínio foi uma forma de evidenciarmos os problemas da história da síndrome (...), permitindo que uma visão de menos valia

**Educação Especial Inclusiva: Um diálogo na concepção dos estagiários**  
*Elissandra de Paula, Elane Rezende de Oliveira Carneiro, Ludmila Lins Bezerra*

em relação a essas pessoas fosse aos poucos questionada, bem como a abertura para sua inserção em outros espaços sociais, em especial a escola. (...) ao destacarmos a persistência de uma lógica determinista, apoiada em um raciocínio questionável, alertamos para a urgência não apenas de denunciarmos os problemas dessa lógica, mas de considerarmos outras possibilidades de interpretação, de questionamento e mesmo de refutação para aquilo que pode ter, na vida das pessoas, efeitos que funcionam como uma sentença moral. Faz-se necessária a suposição de uma outra lógica que permita de fato nos opormos a uma imagem do confinamento que permanece central para as pessoas com a Síndrome de Down: a imagem de um confinamento que não se encerrou com as portas fechadas de algumas instituições, tampouco com a abertura de espaços entendidos como inclusivos (...) (STREDA, VASQUES, 2022, p. 428-429, grifos nossos)

É necessário compreender que essa lógica ainda persiste em muitas escolas e precisa ser combatida. Iniciamos esse processo com muita persistência e dedicação quando impomos o convívio escolar na sala de aula regular e tivemos como meta a formação da aluna. Aos poucos, no decorrer do semestre ela passou a ficar mais tempo em sala, porém ainda tinha atitudes grosseiras (morder, chutar, cuspir e jogar materiais) com os demais presentes, pois estávamos refortalecendo a elaboração de conceitos científicos e morais:

A elaboração conceitual, de conceitos científicos ou morais (de valores), é produção cultural. É relativa à cultura, à história da humanidade e à história pessoal. Os conceitos são produzidos nas relações concretas de vida social, em um tempo e um espaço específicos. Ela também não se refere às coincidências entre as falas dos adultos e dos mais jovens; entre as falas de uma pessoa e outra. É necessário que, além da coincidência (dos falantes de uma mesma língua que usam as mesmas palavras), sejam possíveis elaborações de significados mais estáveis no grupo social. A palavra do outro ajuda o sujeito a formar conceitos – significado das palavras, das ações, das emoções. Por último, a elaboração conceitual não é um processo individual. A participação das pessoas mais experientes, das pessoas que elaboraram/estão elaborando conceitos organiza propositadamente, explicitamente as interações para que as crianças, jovens ou adultos (os aprendizes) elaborem conceitos. O professor (ou adulto mais experiente) é o mediador da elaboração de conceitos das pessoas sob sua responsabilidade (PADILHA, 2017, p. 18).

Nesse contexto foi preciso desenvolver a mediação de alguns trabalhos e atividades voltadas para hábitos saudáveis e boa conduta em sala de aula com cartazes e atividades práticas. A ideia era ensinar e desenvolver suas potencialidades no convívio:

Acreditar no potencial de aprendizagem destas crianças é favorecer seu desenvolvimento por meio de estimulação, o que é fundamental, independente de previsões sombrias. Muitas vezes, o preconceito às suas capacidades é o fator mais negativo do processo de aprendizagem. Nesta perspectiva, a escola terá papel fundamental para a inclusão destes indivíduos, pois ela não é somente um espaço de

**Educação Especial Inclusiva: Um diálogo na concepção dos estagiários**  
*Elissandra de Paula, Elane Rezende de Oliveira Carneiro, Ludmila Lins Bezerra*

ensino e aprendizagem, mas também de convivência, desenvolvimento social e afetivo, que são mediados pela linguagem, integrados pelas ações interativas de interlocutores que se integram e se influenciam, contribuindo para o pleno desenvolvimento infantil (LAMÔNICA; FERREIRA-VASQUES, 2015 p. 1480).

Também foram desenvolvidas práticas pedagógicas para a estudante e os demais visto seus interesses em contos, principalmente num livrinho da história da formiguinha. O material fora explorado de forma adaptada nas atividades de alfabetização e em alguns jogos, uma vez que a aluna demonstrava maior participação. Cabe ressaltar que a confecção de jogos pedagógicos era elaborada durante o tempo após as aulas e nos dias em que a estudante faltava, pensado juntamente com a professora durante o planejamento.

Um dos grandes desafios era conceber que as estratégias precisavam ser mudadas constantemente por conta da enorme relutância em realizar ou repetir as atividades para fixação, o que fazia com que a aluna novamente saísse da sala, chorando e/ou cuspiendo. Nesse caso, a criatividade da estagiária e professora passa a ser uma enorme aliada, contudo o ensino e a aprendizagem nos processos de fixação, por vezes, precisavam ser impostos e é preciso reconhecer a importância desses movimentos pedagógicos.

Esses desafios partem do contexto específico de cada aluno, o que exige um atendimento voltado para suas necessidades, além da desnaturalização de concepções excludentes, por exemplo, a lógica direta e natural de que uma pessoa com Síndrome de Down seja uma pessoa com Deficiência Intelectual (STREDA; VASQUES, 2022).

A falta de materiais, recursos, equipamentos adaptados, arquitetura estrutural (principalmente banheiros e salas de recursos) e a formação adequada de professores à diversidade de alunos prejudicam o processo de ensino aprendizagem e o confronto dos preconceitos estigmatizados na escola. Fica evidenciado que nós, enquanto estagiárias, e a escola, ainda estamos aprendendo como receber esses alunos de forma adaptável às suas necessidades, oportunizando assim que eles tenham um bom aprendizado dentro de uma perspectiva inclusiva como sugerem os documentos orientadores da Educação Especial (BRASIL, 2008, 2009, 2015, 2020).

Para que a inclusão desses alunos ocorra de forma planejada é preciso que as escolas ofereçam possibilidades de qualificação dos profissionais da educação, visto que há um aumento da demanda de conhecimento especializado vivenciada na Educação Especial e Inclusiva, ou seja, vislumbra-se o fortalecimento da formação inicial dos futuros professores dessa área para além do período de estágio.

**Educação Especial Inclusiva: Um diálogo na concepção dos estagiários**  
*Elissandra de Paula, Elane Rezende de Oliveira Carneiro, Ludmila Lins Bezerra*

A educação inclusiva propõe uma mudança na postura e percepção do sistema educacional, bem como, a ampliação de conceitos articulados a valorização da diversidade, acessibilidade e reformulação dos currículos das escolas para todos, como destaca Carneiro, a:

Instituição de ensino regular aberta à matrícula de TODOS os alunos indistintamente. Este conceito é a base de sustentação da compreensão da escola que, além de trabalhar o conhecimento universal nas suas manifestações contemporâneas, tem, também, a responsabilidade de adjetivar processos de aprendizagem de acordo com as particularidades de cada aluno (CARNEIRO, 2007, p. 30).

Um espaço inclusivo depende da ampliação de uma perspectiva que vise desenvolver práticas pedagógicas transformadoras e humanizadoras. Tal proposta não é simples de ser executada mediante as diferenças e desafios que envolvem o contexto da Educação Especial, mas não são impossíveis de serem realizados se bem planejados e fundamentados.

### 3 Considerações finais

Despertar o olhar crítico de que a inclusão não pode ser apenas representada por ações filantrópicas e pelo discurso da convivência com a diferença na escola e na sociedade, requer fundamentação teórica e que haja maiores investimentos humanos e financeiros. Incluir atravessa a busca pelo desenvolvimento cultural das crianças com deficiência como afirmam Padilha e Silva:

A proposta inclusiva não pode basear-se e esvaziar-se no discurso do senso comum sobre a beleza da convivência com a diferença! É preciso avançar na pesquisa, na proposição e na sistematização de conhecimentos relevantes para o encaminhamento das práxis pedagógica. Na Psicologia da Escola de Vigotski e na Pedagogia Histórico-Crítica, encontramos os fundamentos e os meios para que o aprendizado organizado adequadamente resulte em desenvolvimento cultural das crianças e jovens com e sem deficiência (PADILHA, SILVA 2020, p. 18).

Durante a observação realizada no período de estágio percebeu-se a fragilidade na atuação da maioria dos profissionais da educação, seja em metodologias ou adaptações de materiais adequados à especificidade de cada aluno com deficiência, contudo também se



observou a determinação de alguns profissionais que associavam o trabalho das estagiárias de forma a orientar e colaborar para ações inclusivas.

O caminho dos conceitos espontâneos ou cotidianos em direção à formação dos conceitos científicos é complexo e exige que os professores estejam atentos aos seus objetivos pedagógicos, ao planejamento das atividades didáticas e aos modos de avaliar a evolução de cada um de seus alunos, bem como tenham clareza das necessidades das retomadas e dos (re)planejamentos (PADILHA, 2017, p. 19).

Os professores do ensino regular ainda possuem dificuldades de lidar com esse público, os colocando muitas vezes excluídos do convívio com os demais alunos por não saber como agir diante das situações que surgem, ao se depararem com limitações sensoriais, cognitivas, físicas e psíquicas na sala de aula, a saída não pode ser um passeio pela escola, ela precisa ser pautada no planejamento, mudança essa que os estagiários podem colaborar de forma propositiva, uma vez que as fundamentações teóricas de sua formação atual contemplem a Educação Especial.

Cumprir com a inclusão na atualidade requer conhecer historicamente os processos de exclusão implantados na sociedade. Na escola, essa perspectiva vem sendo assumida a passos lentos, pois depende de uma abordagem que considere constantes atualizações pedagógicas e reforços financeiros para estruturação de um ambiente acolhedor da diversidade.

As ações dos estagiários no planejamento, elaboração de material didático e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem são condições ímpares para que o pensamento inclusivo se manifeste de forma propositiva no enfrentamento dos preconceitos nas escolas.

Assim, estagiar na Educação especial é vivenciar o encontro entre profissionais formados e em formação, fortalecer a inclusão, uma vez que o olhar para com as barreiras pedagógicas seja repensado e concretizado em ações que visem a transformação dessa realidade, no acolhimento das pessoas com deficiência, consciente das funções escolares, que na inclusão não se distanciam da apropriação de conhecimentos, respeitando saberes e necessidades ao mesmo tempo em que visam sua ampliação no convívio social.



## Referências

AGOSTINI, S. A. **organização e o desenvolvimento de estágios curriculares em cursos de licenciatura da UFSM: envolvimento de estagiários e orientadores.** 2008. 295 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 498 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 9 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 4. ed. 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 9 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 9 set. 2022.

BRASIL. Portaria nº 948 de 8 de outubro de 2007. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, MEC/ SEED, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 9 set. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 02 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 9 set. 2022.

CARNEIRO, M. A. **O acesso de alunos com Deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações.** Petrópolis: RJ: Vozes, 2007.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 6º ed. São Paulo: Atlas 2019.

LAMÔNICA, D. A. C.; FERREIRA-VASQUES, A. T. Habilidades comunicativas e lexicais de crianças com Síndrome de Down: reflexões para inclusão escolar. **Revista CEFAC** [online]. v. 17, n. 5, p. 1475-1482, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-021620151756015>>. Acesso em: 9 set. 2022.

PACHECO, J. et al. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

PADILHA, A. M. L. Desenvolvimento Psíquico e Elaboração Conceitual por Alunos com Deficiência Intelectual na Educação Escolar. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.23, n.1, p.9-20, Jan.-Mar., 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/zFvqqr37NkbMgZNGMvRJv4S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2022.

PADILHA, A. M. L.; SILVA, R. H. R. Pedagogia histórico-crítica e a educação escolar das pessoas com deficiência. **Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP**, v. 31, n.esp.1, esp.062020, p.103-125, dez. 2020. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/download/8291/pdf>. Acesso em: 9 set. 2022.

PERANZONI; Vaneza Cauduro; FREITAS, Soraia Napoleão. A evolução do (pre)conceito de deficiência. **Cadernos**, edição: n° 16, 2000. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5253/3200>. Acesso em: 9 set. 2022.

STREDA, C.; VASQUES, C. K. Síndrome de Down e Deficiência Intelectual: História e Lógica de uma Associação. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Corumbá, v.28, e0085, p.417-432, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/PVmjj9HscSrG8NY7kXJnSXF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2022.